

**A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E SEU DESEMPENHO NO SETOR EDUCACIONAL: escola pública municipal e o enfrentamento à Covid-19 em Palmeira Dos Índios/ Alagoas**

**THE IMPORTANCE OF PUBLIC POLICIES AND ITS PERFORMANCE IN THE EDUCATIONAL SECTOR: Municipal School and The Confrontation of Covid-19 In Palmeira Dos Índios/ Alagoas**

**Andressa Santos Laurentino**  
Universidade Federal de Alagoas

**RESUMO**

Diante do cenário vivenciado por todos na pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), foi preciso as autoridades criarem medidas de enfrentamento e combate ao vírus em diversas áreas da sociedade para que não houvesse grande perda para a população. Este artigo descreve as ações realizadas pela gestão municipal da cidade de Palmeira dos Índios/AL, no enfrentamento à pandemia do novo coronavírus no campo educacional e analisa o desempenho e relevância das políticas públicas implantadas pela prefeitura nas escolas municipais, devido a suspensão das aulas por causa do vírus e suas possíveis contribuições dentro dessa contextualização. O trabalho está baseado em pesquisa documental, de caráter qualitativo e sete entrevistas não estruturada realizadas junto à equipe da escola descrita. De acordo com a pesquisa pode-se concluir que as políticas públicas utilizadas nas escolas municipais de Palmeira dos Índios-AL, apesar de algumas deficiências, assumiram um papel relevante, evitando que os alunos perdessem o ano letivo. Porém, existe a necessidade de estudos mais aprofundados e ao longo dos anos junto a essas escolas para um resultado absoluto.

**Palavras-chave:** escola pública de Palmeira dos Índios (AL); pandemia; políticas educacionais; políticas públicas.

**ABSTRACT**

Due to the scenario experienced by everyone in the pandemic of the new coronavirus (SARS-CoV-2), the authorities had to create measures to face and combat the virus in various areas of society so that there was no great loss for the population. This article describes the actions carried out by the municipal management of the city of Palmeira dos Índios/AL, in facing the pandemic of the new coronavirus in the educational field and analyzes the performance and relevance of the public policies implemented by the city hall in municipal schools, due to the suspension of classes due to cause of the virus and its possible contributions within this context. The work is based on documental, qualitative research and unstructured interviews with seven employees of the analyzed school and one student. According to the research, it can be concluded that the public policies used in the municipal schools of Palmeira dos Índios-AL, despite some deficiencies, played a relevant role, preventing students from missing the school year, but there is a need for further studies. deeper and over the years with these schools for an absolute result.

**Keywords:** public school of Palmeira dos Índios (AL); pandemic; educational policies; public policy.

## 1. INTRODUÇÃO

O artigo apresenta uma análise sobre as políticas públicas adotadas no período pandêmico pela gestão municipal de Palmeira dos Índios, cidade do interior de Alagoas. Políticas essas voltadas para o campo educacional e implantadas nas escolas da rede pública no período de março de 2020 a agosto de 2021, quando ocorreu o fechamento das escolas. Buscaremos entender como as ações de comunicação entre os organismos públicos e a gestão escolar sobre a prevenção ao COVID-19 no município de Palmeira dos Índios-AL foram realizadas.

A pandemia de 2020 causada pela doença vinda do novo coronavírus, tornou-se um dos maiores desafios do século XXI. Seu impacto ainda é imensurável, mas afetou direta e/ou indiretamente a saúde da população mundial a economia e a educação. De acordo com as informações divulgadas pelo site do Senado Federal, o primeiro caso confirmado de pessoa com o COVID-19 no Brasil ocorreu em 26 de fevereiro de 2020 (SENADO NOTÍCIAS, 2022), mas, apenas em 11 de março que a Organização Mundial da Saúde – OMS<sup>1</sup> decretou estado de pandemia em relação ao coronavírus (RÁDIO SENADO, 2022), obrigando o governo a tomar decisões emergenciais para sensibilizar a população sobre as medidas preventivas ao contágio do vírus SARS-COV2. A transmissão da doença ocorria diretamente, pelo contato com pessoas infectadas, ou indiretamente, pelo contato com superfícies ou objetos utilizados pela pessoa infectada (GOV, 2021).

O vírus poderia causar a morte por meio de dificuldade respiratória, problemas cardíacos, renais e de coagulação do sangue. Estima-se cerca de 701.494<sup>2</sup> mil vítimas fatais do vírus no Brasil, no Nordeste esse número chega a 134.945, em Alagoas 7.256. No município de Palmeira dos Índios o número entre os anos de 2020 e 2021 foi de 186 vítimas fatais de acordo com dados disponibilizados pela Secretaria de Estado da Saúde<sup>3</sup>.

Dessa forma a Organização Mundial da Saúde – OMS, recomendou medidas de proteção para a prevenção contra o covid-19, com o intuito de reduzir o risco de exposição ao vírus. Entre as recomendações estavam o usar de máscaras, fazendo a troca periodicamente durante o dia, manter a higiene das mãos, lavando bem com água, sabão e fazendo o uso de álcool em gel (SBPT, 2020).

Também foi recomendado pela OSM o distanciamento social. As escolas sendo um ambiente de alta aglomeração, tornaram-se um local de risco, pois tinham um grande potencial para a disseminação do vírus que era de fácil transmissão. Sendo assim as crianças poderiam não ser capazes de seguir as diretrizes de distanciamento social ou usar máscaras de proteção de maneira adequada. Devido a essa medida de prevenção, em 17 de março de 2020 o Ministério da Educação (MEC) decreta através da portaria nº 343, a suspensão de aulas presenciais e a substituição das mesmas por atividades não presenciais com o apoio do meio digital, enquanto permanecer o período de risco de vida causado pelo COVID-19 (PLANALTO, 2020).

Não foram apenas as escolas que fecharam. O Governo de Alagoas através do Decreto Nº 69541 de 19/03/2020, considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância

<sup>1</sup> O principal objetivo é implementar o conceito de saúde que abrange um estado de bem-estar físico, mental e social e não meramente a falta de doença e enfermidade. A atual conjuntura suscitou um amplo debate acerca da responsabilidade de governos e agências internacionais no combate à disseminação da Covid-19.

<sup>2</sup> Segundo dados divulgados pelo Portal CORONAVÍRUS e disponíveis em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 05/05/2023.

<sup>3</sup> Secretaria do Estado de Alagoas - Boletins diário do COVID-19 pode ser consultado em: <https://www.saude.al.gov.br/covid-19/> Acesso em 5 de maio de 2023.

internacional, bem como a declaração de pandemia pela organização OMS, determinou o fechamento parcial de comércio - bares, restaurantes, centros comerciais - terreiros e locais de culto, praças, piscinas públicas, praias, academias e reduções de transportes aéreos, rodoviários e similares, numa lista alargada a todos os locais e/ou espaços de possível concentração da população que de alguma forma gerasse aglomeração (LEGIS WEB, 2020).

Com essas implicações imediatas houve um aumento acentuado do desemprego em todo o país, fazendo com que de abril de 2020 à abril de 2021, especular-se que 377 brasileiros perdiam seus empregos a cada hora; em média 1.400 brasileiros foram demitidos a cada hora no auge da crise, com um número recorde de brasileiros desempregados em abril de 2021 (G1, 2021).

[...] Por mais que pareçam medidas simples e baratas, o contexto da pandemia expõe com nitidez que entre grande parte das parcelas mais vulneráveis da população o atendimento a tais recomendações é praticamente impossível, escancarando uma vez mais a desigualdade social brasileira. (TORRES, LIMA, BREDA, 2020, p. 163).

Os dados disponibilizados pelo IBGE mostram que, em 2020, a renda média mensal dos 1% mais ricos da população brasileira foi 33,7 vezes maior do que a renda dos 50% mais pobres. Além disso, a pandemia de COVID-19 agravou ainda mais a desigualdade, com as populações mais vulneráveis sendo as mais afetadas pela crise econômica. As regiões mais pobres do país, como o Nordeste, ainda enfrentam maiores desafios em termos de acesso a esses recursos e serviços (CORREIO BRAZILIENSE, 2021).

Em Palmeira dos Índios-AL o primeiro caso COVID-19 é confirmado em 6 de abril de 2020 (CBN MACEIÓ, 2020). Considerando o preocupante cenário epidemiológico global e a necessidade de medidas preventivas, a Prefeitura cria o Comitê Municipal de Prevenção e Enfrentamento ao Novo Coronavírus, através do decreto municipal nº 2.056 em 17 de março de 2020, disponível no site oficial do Município. Este comitê tem a finalidade de aplicar as diretrizes e recomendações dos órgãos de saúde no sentido de promover o enfrentamento emergencial de saúde decorrente do Covid-19 no Município.

Integram esse comitê a Diretora de Gestão das Ações de Saúde, Coordenadora da Rede de Assistência da Secretaria Municipal de Saúde, Diretor da Vigilância em Saúde, Coordenador de Vigilância Sanitária, Diretor Médico da Unidade de Pronto Atendimento – UPA, Coordenador de Enfermagem da Unidade de Pronto Atendimento – UPA, Presidente do Conselho Municipal de Saúde. A coordenação deste Comitê foi exercida pelo Secretário Municipal de Saúde.

No Art. 7º do Decreto mencionado acima, também é determinado à suspensão das aulas presenciais do município, no período de 18 de março a 03 de abril de 2020.

Conforme os últimos dados divulgados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), órgão que monitora os impactos da pandemia na educação, o fechamento das instituições de ensino afetava diretamente mais de 72% da população estudantil no mundo (UNESCO, 2020b). (apud MENDES E LOPES, 2022, p. 11).

Outro estudo realizado em parceria com o Cenpec Educação<sup>4</sup>, mostrou dados de 2019 com a suspensão das aulas presenciais, período pré-pandemia, e de 2020 com as escolas já fechadas. No ano de 2019, Alagoas já apresentava percentuais de exclusão acima da média nacional (2,7%). Sendo o estado do Nordeste com a maior taxa de exclusão escolar de crianças e adolescentes com idade entre 4 e 17 anos (4,3%), seguido de Paraíba (3,4%) e de Sergipe (3%). E em 2020 com o fechamento das escolas durante a pandemia, esse percentual subiu para 17,7% das crianças e adolescentes alagoanos de 6 a 17 anos sem acesso às aulas, o que corresponde a

<sup>4</sup>Cenpec Educação é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que promove equidade e qualidade na educação pública brasileira.

124.106 estudantes dessa faixa etária (TRIBUNA, 2021). Segundo dados do Censo Escolar, em Palmeira dos Índios o percentual de alunos da rede municipal cursando os anos finais com idade entre 11 e 15 anos, fora da escola em 2019 era de (1,47%) e em 2020 o percentual caiu para (1,4%), já os anos iniciais com crianças entre 6 e 10 anos em 2019 era de (0,14%) e em 2020 o percentual sobe para (0,65%) (QEDU, 2023).

Mediante o cenário apresentado anteriormente, muitas questões sobre os desafios e planejamentos futuros dos métodos, ferramentas e sistemas adotados pela Gestão Municipal da cidade em análise e implementado pela Gestão Escolar da rede pública municipal da mesma, orientaram este estudo. Com o objetivo de identificar as metodologias e estratégias optadas, foi lançado os seguintes questionamentos:

✓ Q1. *Quais ações foram tomadas pela prefeitura de Palmeira dos índios durante o período emergencial para a área da educação?*

✓ Q2. *Quais os desafios que a gestão da Escola Municipal analisada enfrentou para poder colocar as políticas determinadas pela prefeitura em prática?*

✓ Q3. *Quais dificuldades e desafios os professores e os alunos enfrentaram durante as aulas neste período de ensino remoto?*

Buscamos responder tais questões, a partir da análise dos modos por meio dos quais foi encontrado para dar continuidade ao ano letivo. Tratando, portanto, das estratégias e políticas adotadas pela Gestão Municipal, que precisa ter sempre foco no bem comum da coletividade. Sendo assim, o presente artigo tem por objetivo desenvolver uma discussão sobre políticas públicas e as possíveis contribuições desta área para o setor educacional, com ênfase no período de enfrentamento da pandemia no Brasil, e compreender como se desdobrou a Gestão Escolar para conseguir executar essas políticas escolhidas e continuar levando a educação para aqueles que vivem em condições de vulnerabilidade social em meio à crescente desigualdade e privação de recursos gerada ainda mais pelo cenário contextualizado.

Este artigo está amparado em pesquisa bibliográfica e documental, bem como em pesquisa de campo de cunho exploratório, onde objetiva descrever o papel das políticas públicas educacionais no enfrentamento à pandemia, tendo como base a experiência observada numa escola da rede municipal de ensino no município de Palmeira dos Índios/AL. Foi optado por utilizar entrevistas não estruturadas. As entrevistas foram realizadas junto a Diretora Geral da escola em questão, três professoras e três alunas que vivenciaram esse período de pandemia também na instituição analisada.

O texto está dividido em duas partes: a primeira discute sobre as políticas públicas na área da educação durante o período emergencial da covid-19; e a segunda aborda a experiência empírica da escola em ênfase ao implementar essas políticas, com o objetivo de garantir o acesso à educação básica a criança e ao adolescente, evitando prejuízos a esses estudantes e retrocessos na garantia do direito à educação.

## 2 POLÍTICA PÚBLICA: O QUE É?

O Estado tem um papel importante em nossa sociedade e uma de suas funções é garantir o nosso bem-estar e, para que isso seja possível, é preciso criar e executar ações/medidas em distintas áreas (saúde, educação, meio ambiente, segurança, entre outros). Essas ações podem ser tomadas pelo governo nacional, estadual ou municipal para garantir determinados direitos da população, e algumas dessas ações são as políticas públicas.

As políticas públicas, como mencionada acima, são as ações governamentais desenvolvidas para enfrentar problemas públicos. Sendo assim, essas ações podem beneficiar

diversos grupos de uma sociedade ou uma parte específica dela, muitas dessas políticas são criadas para diminuir as injustiças causadas pela desigualdade social. Elas afetam todos os indivíduos, independente de escolaridade, sexo, classe social ou religião, tanto de forma positiva, como de forma negativa que seria quando o Estado se omite na criação dessas medidas.

Para Azevedo (2003) “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões.” Com isso, pode-se afirmar que as políticas públicas são ações do governo e por mais que haja a participação do povo na política, não cabe à sociedade essa responsabilidade de gerar tais intervenções, o papel de pôr em prática é do poder governamental, e sua omissão também impacta a sociedade e certamente poderá contribuir para eventuais conflitos.

Quando falamos em política pública é preciso saber o significado da palavra público e sua propoção. Potyara Pereira<sup>5</sup> vai destacar nesse sentido que:

[...] O Termo Público associado à política, não é referência exclusiva ao Estado como muitos pensam, mas sim à coisa pública, ou seja, de todos, sob a égide de uma mesma lei e o apoio de uma comunidade de interesses. Portanto, embora as políticas sejam reguladas e frequentemente providas pelo Estado, elas também englobam preferências, escolhas e decisões privadas podendo (e devendo) se controladas pelos cidadãos. A política pública expressa, assim, a conversão de decisões privadas em decisões e ações públicas, que afetam a todos.

Políticas públicas são criadas pelo Estado como resposta para os problemas que surgem na sociedade. Souza (2006) vai dizer que: apesar do uso de abordagem diferente sobre a definição do que de fato são políticas públicas, elas assumem uma visão holística, ou seja, uma área que situa diversas unidades em totalidades organizadas.

Em geral, a política pública é um campo multidisciplinar, que repercute na economia e nas sociedades. Por isso, qualquer teoria sobre política pública precisa explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Por esse motivo, vemos a razão de tantos pesquisadores de diferentes disciplinas – economia, política, sociologia, geografia, gestão, planejamento, ciências sociais – terem interesse comum na área e também contribuem no avanço teórico e empírico. (SOUZA, 2006, p.6).

"As políticas públicas têm um ciclo composto por fases, dentre as quais se destacam formulação, implementação e avaliação" (VALENTIN, MOUNTIAN, VAZ, PERES E URQUIDI, 2022, p. 8). O planejamento dessas políticas é feito em um trabalho em conjunto dos três Poderes que formam o Estado: Legislativo, Executivo e Judiciário. Para que elas possam atender as principais necessidades da sociedade é importante que os cidadãos também participem do processo de escolha dando a sua opinião.

A implementação de políticas públicas pode enfrentar diversos desafios, como falta de recursos, resistências políticas, burocracia, falta de articulação entre os diferentes setores e falta de envolvimento da sociedade (JUSBRASIL, 2014). Segundo RIZZI E MELO (2022), a pandemia de Covid-19 trouxe um grande desafio para as políticas públicas educacionais, o de buscar garantir o direito à educação sem colocar em risco o direito à saúde da comunidade escolar. Cujo caso vamos abordar adiante de maneira mais específica.

## 2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E SEU PAPEL NA EDUCAÇÃO;

As Políticas Públicas envolvem todos os grupos de necessidades da sociedade civil, que

<sup>5</sup> PEREIRA, Potyara A P. Concepções e propostas de políticas sociais em curso: tendências, perspectivas e consequências. Brasília: NEPPPOS/CEAM/UnB, 1994.

são as Políticas Sociais, estas determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas em princípio, à redistribuição dos benefícios sociais (INEP, 2006, p. 165). Dentre esses benefícios sociais está o direito a educação. O Estado tem o papel de assegurar que a educação seja um direito de todos e não apenas um privilégio de poucos.

Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), o art. 208 declara o compromisso do Estado com o provimento da educação:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:  
 I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;  
 II – progressiva universalização do ensino médio gratuito;  
 § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.  
 § 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.  
 § 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Visando discutir sobre Políticas Públicas na educação, podemos dizer que as políticas públicas compõem-se na área educacional em programa e ações desenvolvidas pelo meio governamentais que auxiliam na concretização dos direitos que estão previstos na Constituição Federal. Alguns de seus objetivos consistem em colocar em prática medidas que garantem a todos os cidadãos o acesso à educação de qualidade, eliminação do déficit de aprendizagem, conciliação entre trabalho e atividades escolares e combate à evasão escolar. Isso significa que todas as crianças devem ter acesso à escola, independentemente de sua situação socioeconômica, e a universalização do ensino básico é um importante passo para garantir o acesso à educação a todos os cidadãos.

Para isso, é preciso investir na construção de escolas e na capacitação de professores, pois, a escola é um espaço de formação das novas gerações para a integração social, cultural e econômica, e a implantação de políticas voltadas para esses problemas ajudam nesse processo. Nelas estão contidos dispositivos que garantem a Educação a todos, bem como a avaliação e ajuda na melhoria da qualidade do ensino no país (SMARJASSI E ARZANI, 2021, p. 1).

Como já citamos, as Políticas Públicas Educacionais são compostas por leis, decretos, resoluções, decisões governamentais, planos, programas, diretrizes. A competência para legislar sobre as diretrizes e bases da educação segundo o art. 22 da CF, é privativa da União, mas, concorrentemente a ela, aos Estados e ao Distrito Federal também cabe legislar sobre a educação (SERENNA, 2018). As políticas públicas na educação no nível municipal são de responsabilidade do Poder Legislativo local que, no caso, é a Câmara dos Vereadores.

No art. 214 na CF/88, é estabelecido o Plano Nacional de Educação – PNE<sup>6</sup>, que leva a programas diretos ou indiretos que beneficiam a educação. As metas previstas na PNE são de responsabilidade compartilhada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, embora cada nível de governo tenha atribuições diferenciadas, a Constituição Federal deixa clara a corresponsabilidade dos entes federativos, que devem organizar seus sistemas de ensino para que o trabalho aconteça de forma colaborativa (PNE EM MOVIMENTO, s,d).

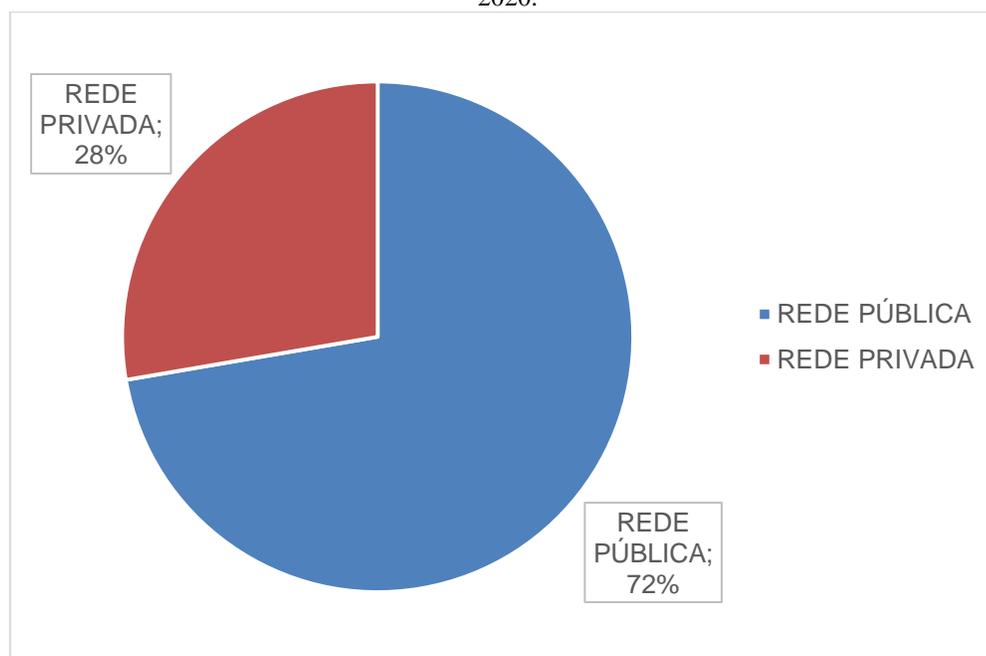
Outra lei que está presente na Constituição Federal e também traz essa preocupação de um plano educacional organizado juntos ao Estado e município é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB 9.394/96. A LDB é a legislação que regulamenta o sistema

<sup>6</sup> O Plano Nacional de Educação, decenal, foi aprovado pela Lei nº 13.005/2014.

educacional (público ou privado) do Brasil da educação básica ao ensino superior e é a mais importante lei brasileira que se refere à educação (UNICEF, 2023).

Em 2020, havia no ensino básico no município de Palmeira dos Índios em t 9.204 matrículas; 6.657 em escolas públicas (72%) e 2.547 em escolas da rede privada e desses – (28%). Desses 6.657 alunos matriculados na rede publica do município, 306 eram da escola em análise (QEDU, 2023). Sendo assim, a educação nessa região é de maior responsabilidade do Estado com o provimento desse direito, sendo garantido majoritariamente pelo setor público. Na Figura 1, ilustra-se os dados.

**Figura 1:** Representação do número de matrículas na educação básica do município de Palmeira dos Índios-AL em 2020.



**Fonte:** Elaborada pelos autores, (2023).

Com o maior números de alunos na rede pública, o município precisa de políticas públicas focadas em evitar a desigualdade educacional e que busquem garantir um ensino de qualidade e igualitário para todos. Pois, uma educação de qualidade serve como base transformadora, capaz de incentivar o indivíduo que entende os problemas sociais que está inserido, de forma a desafiá-lo cada vez mais ao interesse do saber para mudar a sua realidade social.

## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EMERGENCIAIS – DESAFIOS E SUPERAÇÕES NO SETOR EDUCACIONAL DURANTE A PANDEMIA.

Neste tópico, procuramos responder as três questões que surgiram no decorrer da pesquisa, que consistem em analisar os primeiros impactos causados pela Covid-19 na educação pública da cidade de Palmeira dos Índios.

Palmeira dos Índios é um município localizado no estado de Alagoas, na região Nordeste do Brasil, com uma área territorial de 450,990 km<sup>2</sup>, fica a 140 quilômetros de Maceió, a capital do Estado. Com uma população estimada em 73.452 habitantes (IBGE, 2021). A pecuária é uma das atividades econômicas relevantes assim como o comércio varejista também contribui

significativamente para a geração de empregos e para a movimentação da economia local. Seu PIB per capita [2020] era de 13.595,71 R\$, taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010] 95,1%, estabelecimentos de ensino fundamental [2021] 50 escolas, entre públicas e privadas e número de estabelecimentos de ensino médio [2021] 18 escolas também entre públicas e privadas.

No período em que as escolas foram fechadas por recomendação do Ministério da Educação (MEC) e da OMS, com destino indeferido sem saber se haveria a conclusão do ano letivo, surge a seguinte pergunta: *Quais ações emergenciais seriam tomadas pela Prefeitura de Palmeira dos Índios para a área da educação?*

Dois meses depois da suspensão das aulas presenciais, a prefeitura de Palmeira dos Índios toma a sua primeira iniciativa para dar início ao ano letivo de 2020. Por meio do Decreto N.º 2.056 de 17 de junho de 2020 divulgado no Diário Oficial do município, a Gestão Municipal decide seguir as medidas também adotadas pelo Estado e coloca em ação a substituição das aulas presenciais pelas atividades não presenciais com auxílio dos meios digitais. Esse formato de aulas remotas se estende até o ano de 2021 devido a permanência da pandemia. Portanto, as Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs – passaram a ocupar um espaço de suma relevância. A Secretaria de Educação divulga no site oficial do município que as aulas seriam ministradas de forma remota, online, pelos grupos formados pela Secretaria no WhatsApp, Google Meet e Google Sala de Aula. Algumas escolas da rede também disponibilizam o conteúdo pelo YouTube. (PLATAFORMA DE APRENDIZAGEM CONECTAR, 2021)

Conforme levantamento feito pela Secretaria Municipal de Educação, em março de 2021, cerca de 60% dos estudantes da rede pública municipal de ensino não possuíam acesso à internet<sup>7</sup>. A desigualdade ao acesso dos meios digitais, forçou a autoridades a pensarem em novas políticas que pudessem ajudar a diminuir essa desigualdade e levar o ensino a essas famílias mais carentes. Com isso, o município de Palmeira começa a utilizar outros programas que não era preciso o uso da internet, são eles: “A Escola no Rádio” e o “Busca Ativa Escolar”.

O programa A Escola no Rádio consiste em mais uma ferramenta a ser utilizada sob o viés implementado na proposta de atividades pedagógicas não presenciais em vigência no município de Palmeira dos Índios-AL, com intuito de minimizar os prejuízos da ausência das aulas presenciais principalmente, àqueles que não têm acesso à internet em suas casas. Foi destinado aos estudantes das 24 escolas e 5 centros de Educação Infantil da Rede Pública. (ESCOLA NO RÁDIO, 2022)

Inicialmente estimulado pelo Gestor Municipal, foi implantado pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Juventude. O programa contava com técnicos da Secretaria Municipal de Educação e 30 professores comunicadores, que apresentavam suas aulas com duração de 40min, de segunda a sexta. as “audioaulas” eram gravadas, editadas e avaliadas previamente à sua divulgação no rádio. ofertando aos estudantes sem acesso à internet, o mesmo conteúdo que era repassado nas plataformas digitais. Os docentes passavam por um processo seletivo, pois era exigido boa desenvoltura para expressar-se oralmente, além da análise do currículo, passaram por uma aula-teste direcionada por um técnico de comunicação e técnico pedagógico.

“O Programa A Escola no Rádio é uma proposta pioneira da nossa gestão. As ondas do rádio entram nas casas e 100% dos alunos da rede municipal podem acompanhar as aulas. O rádio vai até onde a internet não consegue chegar porque nem todo mundo tem acesso às aulas

<sup>7</sup> Programa a Escola no Rádio. Disponível em: <https://palmeiradosindios.al.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/A-ESCOLA-NO-R%C3%81DIO.pdf> Acesso em 28 de abril de 2023.

remotas pela internet e, portanto, muitos ficavam sem acessar suas atividades pedagógicas não presenciais” diz o Prefeito da cidade em entrevista concedida em um programa de Tv local<sup>8</sup>. Os municípios de Maceió-AL, São José da Laje-AL e Apucarana-PR também utilizaram essa ferramenta (CONVIVA, 2020).

Já o outro programa proposto para levar as atividades aos alunos sem acesso aos meios digitais foi o Busca Ativa. Essa ação já era utilizada nas escolas, mas, com outra finalidade. Segundo informações extraídas do site oficial Busca Ativa Escolar, o programa é uma iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e com apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). Tem como objetivo identificar e acompanhar crianças e adolescentes que estão fora da escola. Através do programa, são realizadas ações conjuntas de mobilização, busca, identificação, registro e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão em idade escolar, mas que por algum motivo estão fora da escola. Algumas das principais causas para o abandono escolar são a pobreza, a falta de transporte escolar, a gravidez na adolescência, o trabalho infantil, a discriminação, a violência e falta de interesse do aluno.

O programa busca atuar em todas as etapas do processo de inclusão escolar, desde a identificação das crianças e adolescentes até a sua matrícula e permanência na escola. Por isso, é importante as parcerias estabelecidas com escolas, prefeituras, conselhos tutelares, organizações da sociedade civil e outras instituições que possam contribuir para o alcance do objetivo do programa.

Desse modo, o Busca Ativa Escolar se tornou ainda mais importante na pandemia, para garantir que as crianças e adolescentes não fossem prejudicados em seu direito à educação, especialmente aqueles que já estavam em situação de vulnerabilidade. Foi adaptado e envolveu ações como a busca de alunos que deixaram de frequentar as aulas virtuais, a identificação das famílias que precisavam de apoio e a realização de entrega de atividades impressas para esses alunos mais carentes sem acesso à internet.

Com a escolha dessas novas medidas surge o questionamento: *Quais os desafios que a gestão da escola em foco enfrentou para poder colocar as políticas determinadas pela prefeitura em prática?*

A escola analisada, está localizada zona urbana da cidade de Palmeira dos Índios, escola de ensino regular e atende aos alunos do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, em 2020 o número de alunos matriculados era de 306 (QEDU, 2020). Dispõe de 01 diretor, 01 secretária escolar, 01 coordenadora geral, 01 articuladora do programa escola10, 07 auxiliares de serviço de apoio, 02 merendeiras, 02 porteiros, 02 vigias noturnos (revezam a noite de trabalho), 02 vigias de fim de semana e feriados (revezam entre o turno diurno e noturno), 02 monitores de transporte. A escola possui atualmente 07 professores efetivos em sala no ensino dos anos iniciais e 04 professores efetivos e 02 professores contratados em sala nos anos finais. e possui 341 alunos matriculados no presente momento (maio de 2023).

Ao ser questionada sobre como foi colocar em prática as ações adotadas pela gestão municipal para o retorno das aulas não presenciais a Diretora geral explicou que: “[...] A escola as aulas remotas inicialmente sendo ministradas na plataforma Google Meet, mas, logo foi criado grupos de estudo de cada turma pelo WhatsApp, cada professor gravava sua aula e enviava nos

<sup>8</sup> Prefeitura de Palmeira dos Índios. Programa Escola no Rádio. Trecho da entrevista disponível em: <https://palmeiradosindios.al.gov.br/programa-a-escola-no-radio-da-prefeitura-de-palmeira-e-tema-central-de-programa-de-tv-em-maceio/>. Acesso em: 8 de maio de 2023.

grupos, os professores ficavam interagindo por 40 minutos em uma turma por vez, tirando as dúvidas e assim eles tinham aula a tarde toda. As aulas pelos grupos no WhatsApp foram mais fáceis pois os alunos já se familiarizavam com esse aplicativo [...]” (Trecho de entrevista realizada em 14 de outubro de 2022).

As políticas públicas se propõem a provocar alterações, Delgado (2011, p.3) vai dizer que: “no interior da escola, em especial, nos seus princípios e, por decorrência, na forma de organização e desenvolvimento do trabalho escolar, portanto, interferindo diretamente nas práticas dos professores e em sua cultura”.

suspensão das atividades letivas presenciais por todo o mundo impôs aos gestores educacionais, professores e estudantes, o desafio de uma adaptação e transformação, até então, inimagináveis (OECD, 2020a), obrigando-os a um novo modelo educacional, sustentado pelas tecnologias digitais e pautado nas metodologias da educação online. Os professores se viram pressionados a migrarem para o ensino online, transferindo e transpondo metodologias e práticas pedagógicas típicas dos espaços de aprendizagem presenciais, naquilo que tem sido designado por ensino remoto de emergência. (Moreira, Henriques e Barros, 2020). (apud VIEIRA E SECO, 2020, p. 2).

Também foi relatado pela gestora da escola na entrevista, a dificuldade de adequação a esse novo cenário imposto pela pandemia, que fez todos saírem da sua zona de conforto e em pouco tempo ter que executar uma nova forma de ensino. Conseguir um número considerável de alunos ativos na hora exata das aulas e simultaneamente também foi um dos desafios, isso se dava pela rotina de cada família, equipamentos necessários para o acesso as aulas e até mesmo interesse dos alunos ao conteúdo online. Sendo assim, devido à baixa quantidade de alunos nas aulas remotas foi recorrido a outra medida, tiveram que utilizado o Busca Ativa Escolar para levar as atividades os alunos que não tinham acesso à internet, porém, mesmo assim poucos alunos devolviam as atividades no tempo determinado e muito das vezes o Busca Ativa também tinha que ir em busca dessas atividades sem retorno.

Mas será que só a gestão escolar sofreu na implementação dessas medidas emergenciais? *Quais dificuldades e desafios os professores e os alunos enfrentaram durante as aulas neste período de ensino remoto?*

Como já vimos, a suspensão das aulas gerou um inédito isolamento social e promoveu na educação uma desconstrução na forma de como o ensino e a aprendizagem eram vistos socialmente. Os professores tiveram que adaptar, de um momento para outro, trocaram suas práticas pedagógicas e planos de ensino por um modelo de ensino à distância, em muitos casos, sem os conhecimentos e competências digitais essenciais para promover uma aprendizagem de qualidade.

É notório que o cenário pandêmico exigiu uma rápida adaptação das instituições de ensino para a educação remota, aliado a este, outro grande desafio foi a adaptação da ministração das aulas pelos docentes. Durante entrevista com docentes que atuam na instituição em questão, foi abordado sobre as dificuldades encontradas nessa etapa de implementação e adaptação das aulas remotas.

Sendo questionada a primeira professora entrevistada explicou que: “[...] com as aulas virtuais, a maiores dificuldades como professor foi manter os alunos engajados no processo de aprendizado, a falta de interação pessoal e dificuldades em manter a atenção dos alunos por longos períodos nas aulas pelo grupo de WhatsApp. Pois muito não tinham bons aparelhos para o acesso as aulas e outros não conseguiam entrar na aula no momento certo por depender do aparelho celular dos pais e acabavam não pegando a explicação, então as dúvidas iam sendo tiradas ao decorrer da semana e isso acabava atrasando os assuntos [...]” (Trecho de entrevista

realizada em 25 de abril de 2023).

A segunda professora entrevistada relata a dificuldade que ela teve com os meios digitais. “[...] para mim foi muito desafiador começar a ministrar aulas remotas, foi algo tão de repente que se tornou estressante, eu não tinha habilidade com a tecnologia e tive que pedir ajuda, sendo assim tornou-se um trabalho muito cansativo [...]” (Trecho de entrevista realizada em 3 de maio de 2023). Ela conclui que apesar das dificuldades teve o lado bom, pois agora com as aulas presenciais normalizadas ela consegue incluir essa tecnologia em suas aulas coisa que não era feito antes.

Evidencia-se a necessidade de formação docente que possibilite o desenvolvimento de competências digitais, de modo a serem capazes de modificar suas práticas pedagógicas com uso dos recursos tecnológicos (Silva Monteiro, 2020). Para além do domínio tecnológico, torna-se imprescindível o desenvolvimento de habilidades autorais e competências digitais docentes para sintetizar, produzir, “remixar” e compartilhar conhecimentos no ciberespaço, de modo que os professores sejam capazes de criar um ambiente inovador, com uma dinâmica que se diferencie das práticas transmissivas historicamente consolidadas na educação (Almeida e Alves, 2020). (apud VIEIRA E SECO, 2020, p. 12).

A valorização do professor é uma importante política, uma forma de garantir uma educação de qualidade, já que a atuação do docente tem impacto dentro e fora de sala de aula, seja no desempenho dos estudantes, na qualidade da escola e no progresso do país. Para isso, o professor deve ser remunerado de forma adequada, receber os recursos necessários para realizar sua função e ter voz ativa na elaboração de políticas públicas para a educação (REVISTA EDUCAÇÃO, 2022).

Questionada sobre os treinamentos que foram disponibilizados aos docentes para a adaptação da implantação dos meios digitais, a terceira professora relata que houve apenas um treinamento por parte da Secretaria de Educação do município, treinamento esse que foi realizado para a implementação de uma plataforma digital criada da parceria da Coordenação Técnico-Pedagógica juntamente com a Coordenação de Tecnologia da Informação. A Plataforma de Aprendizagem Conectar, que é um sistema EAD de ensino que foi criando com o objetivo de auxiliar as práticas pedagógicas dos professores da Rede Municipal de Ensino de Palmeira dos Índios. Porém conforme pesquisa essa plataforma nunca chegou a ser realmente utilizada.

Como já identificamos, o maior desafio da educação passou a ser a adoção do ensino remoto nas escolas com utilização de plataformas digitais. É notório que o cenário pandêmico exigiu uma rápida adaptação das instituições de ensino para a educação remota.

Ao entrevistar o outro lado dos envolvidos nesse contexto, que são os alunos, constatamos que na entrevista realizada com uma aluna, ela se encaixava na realidade mencionada pela professora em sua entrevista. A aluna relatou dificuldade extrema para o acesso as aulas online. “[...] Como eu não tinha computador nem aparelho celular, eu e a minha irmã mais nova dividíamos os horários para cada uma ter um tempo de acesso ao celular da nossa mãe, que disponibilizava o aparelho apenas quando chegava do trabalho, sendo assim eu não conseguia assistir as aulas remotamente, apenas tinha acesso as atividades e esperava os professores responder minhas dúvidas, mas, as vezes demorava e só era respondida nos dias seguintes [...]”. (Trecho de entrevista realizada em 22 de novembro de 2022). Ela também relata que por seus pais serem semianalfabetos, não tinha ajuda em casa para a realização das atividades.

Foram entrevistadas mais duas alunas, porém, as mesmas relataram que não participaram das aulas online e receberam as atividades impressas através da Busca Ativa Escolar poucas vezes. Ao questionar o porquê de não conseguirem participar das aulas, as duas falaram que foi por falta de interesse.

Conforme Couto, Couto e Cruz (2020), as experiências ciberculturais, incluindo a educação *online*, alcançam uma parcela restrita da população e os desafios para educar com tecnologias digitais ainda são imensos e precisam ser democratizados. As desigualdades no acesso e usos da Internet em muitas áreas urbanas periféricas e zonas rurais reforçam as diferenças marcadas por vulnerabilidades sociais. Com tantas limitações para acessar e usar a Internet, estudantes das classes socioeconômicas mais desfavorecidas não conseguem estudar. (VIEIRA E SECO, 2020, p. 13).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a sociedade muda, precisamos entender os processos de formação e desenvolvimento, para então gerar um planejamento público capaz de adequar-se às necessidades de cada cidadão. Não é apenas em tempo de crise que as políticas públicas contribuem, muitas das vezes não conseguimos visibilizar essa importância, mas, elas têm um papel importante em nossas vidas e estão o tempo todo em nosso cotidiano.

A transição para o ensino remoto pode ter sido desafiadora para muitos alunos no Brasil assim como foi em Palmeira dos Índios-AL e é importante que essas dificuldades sejam usadas como experiência para as próximas tomadas de decisões. Ficou claro que é necessário que sejam criados mecanismos para superar esses desafios, como ações de capacitação e melhoria da gestão pública, sendo necessárias medidas mais eficazes para garantir que todos os alunos tenham acesso a recursos e suporte adequados que ajude em seu aprendizado, sendo presencial ou não.

Apesar da prefeitura ter utilizado ações para suprir a necessidade dos alunos carentes e sem acesso à internet, por meio das informações analisadas, percebeu-se que a realidade vivenciada nas escolas públicas não condiz com todas as informações divulgadas nas fontes de informação do município.

A pandemia tornou ainda mais nítida as diversas dificuldades, a escassez de políticas públicas específicas para o enfrentamento da pandemia e a falta de articulação para implementar os programas já existentes. Mesmo com a falta de um olhar mais prioritário para as necessidades da população carente na hora de criar tais políticas públicas, podemos dizer que a ausência delas nesse cenário poderia torná-lo ainda mais catastrófico.

Conclui-se a partir dos resultados que existe a necessidade de estudos mais aprofundados e ao longo dos anos junto as escolas da rede pública do município de Palmeira dos Índios para verificar em que aspectos as políticas públicas foram eficazes no setor educacional no período da pandemia ou que danos trouxeram para a aprendizagem.

## 6 REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **Decreto Estadual Nº 69541 DE 19/03/2020. Assembleia legislativa.** Disponível em:

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391188#:~:text=Rep.,Alagoas%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias> Acesso em: 06 mai. 2023

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local:** programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003. Acesso em: 30 out. 2022

- BRASIL, Ministério da Educação. PNE em movimento. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/20-perguntas-frequentes#:~:text=Quem%20C3%A9%20respons%3%A1vel%20pelas%20metas,at%3%A9%20o%20ano%20de%202024>) Acesso em 11 nov. 2022
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) . Acesso em: 18 out. 2022
- BRASIL. Ministério da Saúde. Corona Vírus Brasil. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/> Acesso em 5 mai. 2023
- BRASIL. Ministério da Saúde. Transmissão do vírus. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/como-e-transmitido#:~:text=Per%C3%ADodo%20de%20transmissibilidade%3A,objetos%20utilizados%20pela%20pessoa%20infectada> Acesso em 15 nov. 2022
- BRASIL. Planalto. Substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm) Acesso em: 5 Dez. 2022
- BRASIL. Senado Federal. Decretação da pandemia pela OMS completa dois anos. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/03/09/decretacao-da-pandemia-pela-oms-completa-dois-anos> Acesso em: 6 abr. 2023
- BRASIL. Senado Federal. Dois anos do primeiro caso de coronavírus no Brasil. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2022/02/dois-anos-do-primeiro-caso-de-coronavirus-no-brasil> Acesso em: 6 abr. 2023
- Busca Ativa Escolar. Disponível em: <https://buscaativaescolar.org.br/> Acesso em: 27 abr. 2023
- CARDIM, Maria Eduarda. Dados sobre a renda média mensal da população brasileira e desigualdade. **Correio Braziliense. DF, 19/11/202.** Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/11/4964315-ibge-1-mais-rico-ganha-35-vezes-mais-renda-do-que-os-50-mais-pobres.html> Acesso em: 5 mai. 2023
- CBM MACEIO. Primeiro caso de covid-19 confirmado em Palmeira dos Índios. Disponível em: <https://cbnmaceio.com.br/noticia/2917/prefeitura-de-palmeira-dos-indios-anuncia-primeiro-caso-confirmado-de-covid-19> Acesso em: 8 abr. 2023
- CONVIVA EDUCAÇÃO. **Experiências de São José da Laje (AL) e Apucarana (PR)**. Disponível em: [https://convivaeducacao.org.br/fique\\_atento/2426](https://convivaeducacao.org.br/fique_atento/2426) Acesso em: 9 mai. 2023
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Caracterização do município de Palmeira dos Índios- AL. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/palmeira-dos-indios/panorama> Acesso em: 28 abr. 2023
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. **Censo escolar – sinopse**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/palmeira-dos-indios/pesquisa/13/5902>. Acesso em: 7 mai. 2023
- JUSBRASIL. **Os entraves para a implementação de políticas públicas no Brasil** Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/os-entraves-para-a-implementacao-de-politicas-publicas-no-brasil/146879364> Acesso em: 7 nov. 2022
- LEÃO, Vivi. **124 mil crianças e adolescentes ficam sem ir à escola no primeiro ano da pandemia em Alagoas**. G1. Maceió, 29/04/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/04/29/educacao-na-pandemia-covid-19-alagoas.ghtml> Acesso em 18 nov. 2022
- LENZI, Tiê. Políticas públicas na educação: quais são e quem faz?. **Toda Política**, (s.d). Disponível em: <https://www.todapolitica.com/politicas-publicas-na->

- educacao/#:~:text=Quem%20faz%20as%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas,%3A%20fe  
deral%2C%20estadual%20e%20municipal Acesso em: 11 nov. 2022
- LUNARDI, Nataly Moretzsohn Silveira Simões et al. Aulas Remotas Durante a Pandemia: dificuldades e estratégias utilizadas por pais. **Educação & Realidade**, v. 46, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/GnhccHnG4mxDNdSQKDQ7ZBt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 mai. 2023
- MARINHO, Iasmin da Costa. **Política educacional**. 2014. Disponível em: Infoescola pode ser acessado em: <https://www.infoescola.com/educacao/politica-educacional/> Acesso em 23 nov. 2022
- MEDEIROS, Alexsandro M. Políticas Públicas. **Tecnoblog. Sabedoria Política**, 2018. Disponível em: <https://www.sabedoria politica.com.br/ci%C3%AAncia-politica/politicas-publicas/> Acesso em: 31 out. 2022
- MEDEIROS, Vanessa Daiany Vieira. Ensino remoto emergencial: as veias abertas do abismo social alagoano. **Anais VII CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/68532> Acesso em: 07 mai. 2023
- MENDES, Ailton; LOPES, Kassia. **As tecnologias da informação e comunicação utilizadas nas instituições de ensino básico brasileiras durante o ensino remoto emergencial na pandemia de covid-19**. Disponível em: <http://bdta.ufra.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2319/4/As%20tecnologias%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o%20e%20comunica%C3%A7%C3%A3o%20utilizadas%20nas%20institu%C3%A7%C3%B5es%20de%20ensino%20b%C3%A1sico%20brasileiras%20durante%20o%20ensino%20remoto%20emergencial%20na%20pandemia%20de%20COVID-19.pdf> Acesso em: 25 nov. 2022
- PALMEIRA DOS ÍNDIOS. **Decreto Municipal N.º 2.056 DE 17 DE MARÇO DE 2020**. Disponível em: [http://arq.jpems.com.br/lai\\_decreto\\_do\\_executivo/aa631e02a5782e9b800aef05a61e1504.pdf](http://arq.jpems.com.br/lai_decreto_do_executivo/aa631e02a5782e9b800aef05a61e1504.pdf) Acesso em: 10 dez. 2022
- PALMEIRA DOS ÍNDIOS. **DECRETO N.º 2.056 DE 17 DE MARÇO DE 2020**. Criação do comitê de prevenção ao Coronavírus. Palmeira dos Índios: Câmara Municipal, 2020. Disponível em: [http://arq.jpems.com.br/lai\\_decreto\\_do\\_executivo/aa631e02a5782e9b800aef05a61e1504.pdf](http://arq.jpems.com.br/lai_decreto_do_executivo/aa631e02a5782e9b800aef05a61e1504.pdf) Acesso em: 10 dez. 2022
- PALMEIRA DOS ÍNDIOS. **Escola no Rádio**: Disponível em: <https://palmeiradosindios.al.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/A-ESCOLA-NO-R%C3%81DIO.pdf> Acesso em 28 abr. 2023
- PALMEIRA DOS ÍNDIOS. **Palmeira inicia ano letivo da rede municipal de ensino público com aulas remotas** Disponível em: <https://palmeiradosindios.al.gov.br/palmeira-inicia-ano-letivo-da-rede-municipal-de-ensino-publico-com-aulas-remotas/> Acesso em: 6 mar. 2023
- PALMEIRA DOS ÍNDIOS. Prefeitura de Palmeira dos Índios. Programa Escola no Rádio. Disponível em: <https://palmeiradosindios.al.gov.br/programa-a-escola-no-radio-da-prefeitura-de-palmeira-e-tema-central-de-programa-de-tv-em-maceio/> Acesso em 8 mai. 2023
- PAPP, Anna Carolina. **Em um ano de pandemia, 377 brasileiros perderam o emprego por hora**. Portal de notícias G1. São Paulo, 24/07/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/07/24/em-um-ano-de-pandemia-377-brasileiros-perderam-o-emprego-por-hora.ghtml> Acesso em 15 nov. 2022
- PLATAFORMA DE APRENDIZAGEM CONECTAR. Prefeitura de Palmeira dos Índios. Disponível em: <https://palmeiradosindios.al.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/GUIA-DE-ORIENTA%C3%87%C3%83O-DA-PLAC-2021.pdf> Acesso em: 12 mai. 2023

- Politize.14 **Causas do Abandono Escolar no Brasil.** Disponível em: <https://www.politize.com.br/abandono-escolar-causas/> Acesso em: 27 de abril de 2023.
- REVISTA EDUCAÇÃO. **Valorização dos educadores: debate e contexto.** Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2022/01/14/valorizacao-professores/> Acesso em : 25 abr. 2023
- SANTOS, Karoline Lobo Dos; SILVA, Vanilza Jordão. O papel da Administração Pública na Rede Municipal de Ensino: Desafios X Possibilidades. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.** Ano 04, Ed. 12, Vol. 02, pp. 133-150. Dezembro de 2019. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/rede-municipal-de-ensino> Acesso em: 18 out. 2022
- SECRETARIA DO ESTADO DE ALAGOAS. Boletins diário do COVID-19. Disponível em: <https://www.saude.al.gov.br/covid-19/> Acesso em: 5 mai. 2023
- SERENNA, Nathalia. Leis que regem o sistema Educacional Brasileiro. 2018. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/leis-que-regem-o-sistema-educacional-brasileiro/605460083#:~:text=A%20compet%C3%A2ncia%20para%20legislar%20sobre,Federa%20legislar%20sobre%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o> Acesso em: 7 mai. 2023
- SMARJASSI, Celia; ARZANI, Jose Henrique. As políticas públicas e o direito à educação no Brasil: uma perspectiva histórica. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 15, p. 1-4, 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/15/as-politicas-publicas-e-o-direito-a-educacao-no-brasil-uma-perspectiva-historica> Acesso em: 19 dez. 2022
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE PNEUMOLOGIA E TISIOLOGIA (OMS). O conjunto de recomendações.** Disponível em: <https://sbpt.org.br/portal/covid-19-oms/> Acesso em 15 nov. 2022
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, p. 20-45, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=html>. Acesso em: 07 mai. 2023
- TORRES, Liliana; LIMA, José; BRENDA, Roselene. **Pandemia e desigualdade social:** Centro de Referência da Assistência Social e o enfrentamento à Covid-19 em Arapiraca/Alagoas. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/5430> Acessado em 20 nov. 2022
- UNICEF. **O que significa LDB:** saiba mais sobre a lei mais importante para a educação. Blog. Disponível em: <https://blog.unicef.edu.br/o-que-significa-ldb/#:~:text=LDB%20%C3%A9%20a%20sigla%20para,estudante%20e%20profissional%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o> Acesso em: 11 nov. 2022
- Valentin, A., Mountian. **Políticas públicas e Covid-19: a experiência brasileira.** Disponível em: <https://redepesquisasolidaria.org/wp-content/uploads/2022/06/livro-oipp-1-1.pdf> Acesso em: 01 dez. 2022
- VIEIRA, Márcia de Freitas; SECO, Carlos. **A Educação no contexto da pandemia de COVID-19: uma revisão sistemática de literatura.** Revista Brasileira de Informática na Educação–RBIE, n. 28, p. 1013-1031, 2020. Disponível em: [https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/10313/1/mvieira\\_cseco\\_artigo%20RBIE.pdf](https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/10313/1/mvieira_cseco_artigo%20RBIE.pdf) Acesso em 9 mai. 2023